



Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO
Jataí - GO

PROCURADORIA JURÍDICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ

Parecer nº 08/2022

Ementa: Providências cabíveis acerca dos documentos recebidos do TCM-GO – encaminhamentos Presidência 351/2022 e 352/2022.

Cuida-se de encaminhamento realizado pela Presidência da Câmara, para providências cabíveis, acerca dos documentos recebidos do Tribunal de Contas dos Municípios contendo:

1. Processo 00564/21, julgamento proferido pela Câmara Municipal;
2. Processo 010902, balancete referente ao 2º semestre de 2019 da Câmara Municipal de Jataí, com 3 volumes, incluído no processo 010902, o processamento do pedido de recurso ao balancete referente ao 2º semestre de 2019, com 1 volume;
3. Processo 03268/2017, contas de gestão de 2016, do Poder Executivo, com 08 volumes, sendo que destes, 02 volumes se referem ao processo 13566/16, balancete referente ao 1º semestre de 2016;

Procedimentos cabíveis:

A partir do recebimento dos supracitados documentos do TCM-GO, órgão auxiliar de controle externo, oriento à Presidente desta Câmara que determine:

- A) o arquivamento dos processos 00564/21 – julgamento proferido pela Câmara das contas de governo de 2018; e do Processo 010902, balancete contas de gestão de 2019 e o recurso ordinário interposto pela ex-presidente Kátia Carvalho em face da decisão que julgou suas contas irregulares, ao qual foi dado provimento, uma vez que todos cumpriram seu desiderato.
- B) O encaminhamento do Processo 032868/2017 - contas de gestão de 2016, do Poder Executivo, com 08 volumes, incluídos os 02 volumes que se referem ao processo 13566/16, primeiramente à Controladora Interna, considerando sua formação em contabilidade, e



Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO
Jataí - GO

especialidade em contas públicas, para que elabore relatório detalhado sobre referido processo, para auxiliar a Comissão Permanente de Finanças e Economia da Câmara na elaboração do Projeto de Resolução, para deliberação e julgamento pelo Plenário sobre as contas de gestão de 2016 do Poder Executivo, no prazo máximo de 180 dias a contar do recebimento do acórdão.

Jataí, 25 de março de 2022.

Renata Silva Oliveira
Procuradora-Geral